

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Secretário-Geral

Despacho n.º 15 723/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 20 de Junho de 2005:

Ana Maria da Costa Rodrigues Fernandes, Maria Alice Alexandre Mota de Campos e Maria Alves Coelho Marques Ferreira — nomeadas, precedendo concurso, técnicas parlamentares principais do quadro de pessoal da Assembleia da República (3.º escalão, índice 475), com efeitos a partir de 16 de Junho de 2005.

Ana Paula Freitas de Almeida, António Carlos da Silva Pereira, Graçiete de Carvalho Dias, Jorge Filipe Arraiano de Sousa Barriga, Maria da Glória Pereira de Sousa Silva de Jesus, Maria de Lurdes Almeida Roque de Carvalho e Vítor Manuel Leal Madeira — nomeados, precedendo concurso, técnicos parlamentares principais do quadro de pessoal da Assembleia da República (2.º escalão, índice 450), com efeitos a partir de 16 de Junho de 2005.

Ana Maria da Casa Marques Couto Durão Costa, Ana Paula da Silva Pereira, Ilda Maria Almeida Teixeira Langa Simão e João Rocha de Brito Ricardo — nomeados, precedendo concurso, técnicos parlamentares principais do quadro de pessoal da Assembleia da República (1.º escalão, índice 425), com efeitos a partir de 16 de Junho de 2005.

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

5 de Julho de 2005. — A Secretária-Geral, *Adelina Sá Carvalho*.

Despacho n.º 15 724/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 9 de Junho de 2005:

Luís Filipe Correia da Silva e Fernando Carlos Marques Pereira — nomeados, precedendo concurso, técnicos superiores parlamentares de 1.ª classe (área de biblioteca e documentação) do quadro de pessoal da Assembleia da República (1.º escalão, índice 460), com efeitos a partir de 16 de Junho de 2005. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

5 de Julho de 2005. — A Secretária-Geral, *Adelina Sá Carvalho*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro

Despacho n.º 15 725/2005 (2.ª série). — Nos termos das disposições conjugadas no n.º 1 do artigo 2.º, do artigo 4.º e do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio para exercer funções de adjunta do meu Gabinete a licenciada Maria João da Silva Costa.

1 de Julho de 2005. — O Secretário de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro, *Filipe Alberto da Boa Baptista*.

Secretaria-Geral

Despacho (extracto) n.º 15 726/2005 (2.ª série). — Por despacho do director do Centro de Gestão da Rede Informática do Governo (CEGER) de 30 de Maio de 2005, com a anuência do conselho directivo do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I. P., de 31 de Maio de 2005:

Sofia Margarida Baptista Cruz de Carvalho de Campos Miranda, técnica superior de nível 11C do quadro de pessoal do Instituto de Gestão de Finanças da Segurança Social, I. P. — requisitada, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 184/98, de 6 de Julho, com efeitos reportados a 1 de Junho de 2005.

4 de Julho de 2005. — O Secretário-Geral, *José M. Sousa Rego*.

Rectificação n.º 1247/2005. — Por ter sido publicado com inexactidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 123, de 29 de Junho de 2005, a p. 9488, o despacho (extracto) n.º 14 292/2005, rectifica-se que onde se lê «reclassificada na categoria de técnica superior de 2.ª classe (escalão 4, índice 455)» deve ler-se «reclassificada na categoria de técnica superior de 2.ª classe (escalão 4, índice 455) e integrada no quadro de pessoal da Secretaria-Geral da Presidência do

Conselho de Ministros». (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

6 de Julho de 2005. — O Secretário-Geral, *José M. Sousa Rego*.

Rectificação n.º 1248/2005. — Por ter sido publicado com inexactidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 123, de 29 de Junho de 2005, a p. 9488, o despacho (extracto) n.º 14 291/2005, rectifica-se que onde se lê «reclassificada na categoria de técnica superior de 2.ª classe (escalão 1, índice 400)» deve ler-se «reclassificada na categoria de técnica superior de 2.ª classe (escalão 1, índice 400) e integrada no quadro de pessoal da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros». (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

6 de Julho de 2005. — O Secretário-Geral, *José M. Sousa Rego*.

Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência

Despacho (extracto) n.º 15 727/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 4 de Julho de 2005:

Sandra Sofia Ferreira Rodrigues, soldado em regime de contrato (RC) e de voluntariado (RV) do quadro militar do pessoal contratado do Exército Português — nomeada, em comissão de serviço, mediante concurso e após confirmação de cabimento orçamental, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2002, auxiliar administrativa do quadro de pessoal do Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência.

A referida nomeação em comissão de serviço converte-se automaticamente em definitiva, independentemente de quaisquer formalidades, no termo do período probatório de um ano, se durante o mesmo a funcionária tiver revelado aptidão para o desempenho do referido cargo.

Esta nomeação produz efeitos à data da aceitação do lugar. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

4 de Julho de 2005. — A Vice-Presidente, *Maria Figueirinhas*.

Serviços Sociais

Despacho n.º 15 728/2005 (2.ª série). — Por despacho de 4 de Julho de 2005 do presidente do conselho de direcção dos Serviços Sociais da Presidência do Conselho de Ministros:

Rui Manuel da Conceição Luís Godinho Cabral e Paulo de Noronha Pessoa de Amorim, técnicos de informática do grau 1, de nomeação definitiva, do quadro de pessoal dos Serviços Sociais da Presidência do Conselho de Ministros — nomeados, precedendo concurso, e após confirmação de cabimento orçamental, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2002, técnicos de informática do grau 2, nível 1, do mesmo quadro de pessoal. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

4 de Julho de 2005. — O Presidente do Conselho de Direcção, *Humberto Meirinhos*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

Despacho conjunto n.º 481/2005. — Nos termos da alínea *d*) do n.º 1 e do n.º 3 do artigo 3.º do capítulo I e da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 5.º do capítulo II, ambos os artigos do Estatuto do Mecenato, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 74/99, de 16 de Março, reconhece-se que os donativos concedidos no ano de 2004 ao Clube Desportivo das Aves, número de identificação de pessoa colectiva 501169164, para a realização de actividades ou programas de carácter não profissional considerados de interesse desportivo, nomeadamente execução de obras de construção do pavilhão gimnodesportivo, novo campo de relva sintética para futebol de sete e formação desportiva a nível do futebol juvenil, podem usufruir dos benefícios fiscais ali previstos, desde que os respectivos mecenas não tenham, no final do ano ou do período de tributação em que o donativo é atribuído, qualquer dívida de imposto sobre o rendimento, a despesa ou o património e de contribuições relativas à segurança social, ou, tendo-a, sendo exigível, a mesma tenha sido objecto de reclamação, impugnação ou oposição e prestada garantia idónea, quando devida,

e sem prejuízo do disposto no artigo 86.º do Código do IRC, se ao caso aplicável.

5 de Julho de 2005. — Pelo Ministro de Estado e das Finanças, *João José Amaral Tomaz*, Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais. — O Secretário de Estado da Juventude e do Desporto, *Lau-rentino José Monteiro Castro Dias*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS.

Despacho conjunto n.º 482/2005. — Nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, dá-se por finda, a seu pedido a vigência da comissão de serviço do director regional de Agricultura da Beira Interior, engenheiro agrónomo José Martins de Carvalho, com efeitos a 30 de Junho de 2005.

30 de Junho de 2005. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Jaime de Jesus Lopes Silva*.

Despacho conjunto n.º 483/2005. — Nos termos dos n.ºs 1, 2 e 5 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, é nomeado para exercer em comissão de serviço, o cargo de director regional de Agricultura da Beira Interior, do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, constante do mapa anexo ao Decreto-Lei n.º 74/96, de 18 de Junho, na redacção que lhe foi dada pelos Decretos-Leis n.ºs 246/2002, de 8 de Novembro, e 80/2004, de 10 de Abril, e Declaração de Rectificação n.º 38/2004, de 13 de Maio, o licenciado em Agronomia Rui Salgueiro Ramos Moreira.

A presente nomeação, fundamentada na reconhecida aptidão do visado, tem ainda como suporte o respectivo currículo.

O presente despacho produz efeitos a partir do dia 1 de Julho de 2005.

1 de Julho de 2005. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Jaime de Jesus Lopes Silva*.

Curriculum vitae

Dados pessoais

Nome: Rui Salgueiro Ramos Moreira.
Estado civil: casado.
Nacionalidade: portuguesa.
Idade: 46.
Naturalidade: Lisboa.

Formação académica

1983 — licenciatura em Engenharia Agrónoma pela Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Agronomia.

Formação profissional

1985 — curso de formação de extensionistas, Ministério da Agricultura, Florestas e Alimentação.
1988 — curso de rega e drenagem, Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral.
1994 — curso de entomologia, Direcção-Geral de Protecção das Culturas.

Experiência profissional

1984 — conclusão do estágio curricular e início da carreira profissional no Projecto para o Aproveitamento Hidroagrícola da Cova da Beira, Direcção-Geral de Hidráulica e Engenharia Agrícola.
1985-1989 — coordenador, pela parte portuguesa, na equipa do Projecto Luso-Alemão de Extensão Rural para o Bloco de Rega da Meimoa.
1989-1992 — chefe da Divisão de Formação Profissional na Direcção Regional de Agricultura da Beira Interior.
1992-1995 — chefe da Divisão de Laboratórios na Direcção Regional de Agricultura da Beira Interior.
1996 a Julho de 2002 — director regional de Agricultura da Beira Interior.
2000 a Julho de 2002 — coordenador regional da Medida Agricultura e Desenvolvimento Rural do Programa Operacional da Região Centro (eixo III — Intervenções sectoriais desconcentradas).

Experiência voluntária

1986-1988 — colaboração na equipa técnica do Programa Integrado de Desenvolvimento Regional da Cova da Beira, com colaboração na elaboração da «Proposta de plano de médio prazo» para a Cova da Beira.
1990-1996 — secretário da direcção da Adegas Cooperativas da Covilhã.
1990-1993 — vogal da comissão Vitivinícola Regional da Beira Interior.
1994-1996 — secretário e presidente da FENADEGAS, Federação Nacional das Adegas Cooperativas.
Dezembro de 2002-2005 — presidente da direcção da Adegas Cooperativas da Covilhã e vogal da UNACOBI, União das Adegas Cooperativas da Beira Interior.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Secretaria-Geral

Despacho n.º 15 729/2005 (2.ª série). — Por despacho do Ministro de Estado e da Administração Interna de 27 de Junho de 2005:

Superintendente M/100226, António Ângelo Jesus Parra, do Grupo de Operações Especiais da Polícia de Segurança Pública — concedida a medalha de prata de serviços distintos, nos termos do Decreto-Lei n.º 177/82, de 12 de Maio.

1 de Julho de 2005. — Pelo Secretário-Geral, a Secretária-Geral-Adjunta, *Albertina Guedes*.

Despacho n.º 15 730/2005 (2.ª série). — Por despacho do Ministro de Estado e da Administração Interna de 27 de Junho de 2005:

Comissário M/100158, Alexandre José Ferreira Alves Coimbra, da Direcção Nacional da Polícia de Segurança Pública — concedida a medalha de prata de serviços distintos, nos termos do Decreto-Lei n.º 177/82, de 12 de Maio.

1 de Julho de 2005. — Pelo Secretário-Geral, a Secretária-Geral-Adjunta, *Albertina Guedes*.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Despacho (extracto) n.º 15 731/2005 (2.ª série). — Por despacho de 2 de Julho de 2005 do director-geral do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, no uso da competência própria constante no artigo 7.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro:

António João Teixeira Paredes, especialista-adjunto de nível 4 de nomeação definitiva da carreira de apoio à investigação e fiscalização do quadro de pessoal do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras do Ministério da Administração Interna — autorizada a licença sem vencimento pelo período de 90 dias, nos termos do disposto no artigo 74.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, com efeitos a partir de 11 de Julho de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

5 de Julho de 2005. — O Chefe do Departamento de Gestão e Administração de Recursos Humanos, *António José dos Santos Carvalho*.

Despacho (extracto) n.º 15 732/2005 (2.ª série). — Por despacho de 23 de Junho de 2005 do conselho directivo do Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação, I. P. (INETI):

Dora Maria Simões Lopes Caracitas, técnica profissional de 1.ª classe do quadro de pessoal do Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação, I. P. (INETI) — autorizada a prorrogação da requisição neste serviço por mais de um ano, com efeitos a partir de 15 de Julho de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

5 de Julho de 2005. — O Chefe do Departamento de Gestão e Administração de Recursos Humanos, *António José dos Santos Carvalho*.